



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, 14 DE MARÇO DE 1997

Senhor Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas; Senhor Ministro da Indústria e Comércio; Senhor Ministro do Trabalho; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Meu caro Prefeito Maurício Soares; Vicente Paula da Silva, Presidente da CUT; Senhores Funcionários da Ford; Senhoras e Senhores,

Quero iniciar falando de algo que acho importante: é o fato de nós termos conquistado o direito da palavra, até para dizer o que se queira. É verdade, como disse o Vicentinho, o que se desenrolou aqui.

E recordou o Governador Mário Covas que, na época da Vila Euclides – e o Maurício estava lá também – nós vínhamos, aqui, para buscar o respeito ao direito do trabalhador, o primeiro dos quais é o da palavra. E o direito do trabalhador é o direito, também, do Presidente da República, numa democracia: o do respeito à palavra, como está havendo aqui.

Essa palavra, no passado, quando possivelmente muitos dos que hoje estão aqui não estavam ainda na força do trabalho, era calada com baioneta, com bomba de gás lacrimogêneo, com tiro, com helicóptero

em cima. E nós estávamos aqui, com o Lula, com o Maurício, com muitos outros, como companheiros de luta, para garantir um Brasil democrático.

Hoje nós temos um Brasil democrático, um Brasil que convive, tranquilamente, desarmado, só com a palavra, convive tranquilamente com todas as formas de opinião e de divergência. Isso é importante, e é por isso que o Presidente da República, ao aceitar o convite da Ford, quis vir aqui, no ABC, em São Bernardo, encontrar o Meneguelli, encontrar o Vicentinho, o Marinho e vocês todos, frente a frente. Cada um com a sua opinião, mas todos com a sua dignidade e essa, sim, tem que ser respeitada.

Aqui, em São Bernardo, hoje, o que se faz – e aí somo minhas palavras às palavras do Governador Mário Covas – é um ato importante, porque, no momento em que a maior parte das fábricas, na dispersão geográfica, vai embora, a Ford reafirma a confiança em São Bernardo. É por isso que nós estamos aqui: é pela Ford, mas é, também, por São Bernardo e pelos seus trabalhadores que precisam, sim, de emprego e têm razão quando gritam por empregos.

Aqui, hoje, está se criando condição para que São Bernardo continue sendo aquilo que foi: pioneiro na industrialização. Pouco importa, Vicentinho, que aqui e ali nós discordemos, desde que nós respeitemos a democracia e um respeito o outro, como é o caso aqui.

E quero dizer mais. Muitas das propostas aqui feitas, não fugirei a nenhuma delas, porque não é do meu estilo. Muitas das propostas aqui feitas, eu repito, aqui feitas, eu vou responder aqui, em São Bernardo, agora, já, já.

Meu governo está, sim, empenhado em reformas. Pobre do país, pobre do líder político que é reacionário e conservador e não quer reformar. Vamos, sim, fazer reformas.

Não contra o trabalhador. Já explico: não há proposta nenhuma para que o trabalhador se aposente aos 65 anos. Isso não existe e não tem o meu apoio. Não há. É má informação, é desinformação. E, por consequência, isso é resposta ao que eu disse no início: é preciso diálogo democrático. E diálogo democrático se faz quando as pessoas escutam umas às

outras; vem o argumento, se o argumento for certo, corrigem-se os erros; se o argumento for errado, repele-se o erro. Não há tal proposta.

Existem, sim, no Congresso, e eu apóio, medidas para evitar privilégios. E digo quais: nós temos, agora, no setor público, em média, de aposentadoria, em certos segmentos, por volta de 44 a 48 anos. E quem paga o resto disso são vocês, através do imposto. Isso é injusto! Não é correto e tem que ser corrigido.

Ou nós entendemos do que se trata, ou nós maduramente enfrentamos os problemas, ou, então, o futuro que nós todos queremos, o sonho do Vicentinho, o nosso sonho não vai se realizar, porque nós teremos, pura e simplesmente, nos excitado com palavras de ordem que não dão um passo adiante na transformação das coisas.

Há muito campo para discutir, Vicentinho, Marinho. Há muito campo. E o Ministro do Trabalho está aberto para a discussão, como está discutindo com vocês o imposto sindical. E quanto mais discussão houver, melhor será, porque deixará de haver a falta de informação que motiva os desavisados, ou então os possessos, quem sabe, que aqui façam manifestações sem base real, porque não há o que discordar nessa matéria.

Disse o Vicentinho que eu, ontem, na Força Sindical, declarei que era favorável à discussão da redução da jornada de trabalho. É verdade. É verdade. Apenas, apenas, não se requer lei nenhuma.

Eu vou falar na assinatura já. Não se precipitem! Não se precipitem! Assim, não dá! Já vou falar sobre a assinatura.

Não! O Presidente não tem o que temer. Tem argumentos, tem boa-fé, não há problema. Quem tem boa-fé não teme e fala. Não é necessário lei nenhuma para isso. A Constituição diz, lá, que a redução da jornada de trabalho depende só de negociação coletiva. Façam a negociação coletiva, que o Governo apóia! Proponham a diminuição do imposto, que o Governo apóia! Discutam com os seus patrões, que o Governo apóia! Não podem pedir ao Presidente da República, que é Chefe do Poder Executivo, que faça um pedido, que é quase uma ordem, ao Congresso, porque aí, sim, diriam que estou invadindo competência alheia.

É demagógico! Eu não aceito isso! Demagogia, não! Correção de rumo, sim! Tudo que for pelo bem da correção de rumos, contarão comigo. Não me prestarei à demagogia, porque não é papel do Presidente da República assinar abaixo-assinados.

É papel do Presidente da República referendar as leis, sancionar as leis. Sancionarei o que vier da negociação democrática. Sancionarei o que vier. Mas não farão de mim, não farão de mim, simplesmente, um boneco, numa luta que é minha também.

E de nada vale, de nada vale, pura e simplesmente, a manifestação, quando a base não existe. No que é fundamental, estou aberto à discussão.

E digo mais: o Vicentinho colocou, aqui, um repto à questão da reforma agrária. Pois bem, vamos a ela. Vamos a ela. Para começar, eu já recebi a direção do MST várias vezes, no meu gabinete. Eu quero ver qual foi o Presidente da República, aqui ou fora daqui, que recebeu e discutiu, com muita franqueza, com as pessoas que estão, muitas vezes, desafiando até a própria autoridade. E os receberei quantas vezes me pedirem. Receberei quantas vezes me pedirem, até porque, sobre reforma agrária, não há quem possa negar que o Governo, agora, assentou mais que nos últimos anos, todos juntos, em dois anos, cem mil famílias. Isso é um fato, não é palavra, não é um grito de quem não sabe do que se trata, é um grito da realidade.

Desapropriamos 3 milhões de hectares de terra. Sabem o que é isso? Dois terços do Estado do Rio de Janeiro. Que Governo fez isso? Nenhum. Nenhum Governo fez isso. A reforma agrária é bandeira do País, não é a bandeira de um movimento só, não. É a bandeira de um país e encontra no Presidente da República todo o apoio, desde que não se quebrem as normas da lei, porque, quando se quebrarem as normas da lei, o ponto seguinte é fechar o sindicato, é quebrar a liberdade, é acabar a democracia. E isso não continuará enquanto eu for Presidente da República, porque sou um democrata, como vocês devem ser também.

Acho que não faltou nada, Vicentinho. Quais os temas que você propõe? Proponho-me já, aqui, aqui em São Bernardo, que passemos da palavra aos fatos, que se estabeleçam discussões regulares. E, em vez

de clamar contra aquilo que não se sabe, se saiba o que vai sendo feito. Que discutam de antemão e que negociem, dentro da democracia.

Esse é o espírito de São Bernardo. O São Bernardo que eu vi nascer, com ânimo, foi um São Bernardo para trazer a democracia, não para fechar portas, não para dizer “não” ao que não sabe. Foi um São Bernardo de cabeça erguida, para dizer que o trabalhador tinha o direito de dialogar. Pois agora tem.

Eu termino, ao felicitar outra vez a Ford, pela decisão tomada, convidando-os, aí sim, ao diálogo democrático. Vamos negociar as horas de trabalho, vamos negociar o fim do imposto sindical, vamos negociar o que seja. Mas sempre com a compreensão de que sou Presidente da República e, portanto, represento todos os brasileiros, e é meu dever saber o que pode e o que não pode. Não em nome dos direitos de um grupo, qualquer que ele seja, inclusive o meu, mas, sim, em nome dos interesses maiores deste povo. Tenho certeza, com tudo que nós estamos fazendo, que este povo está fazendo, está construindo um futuro que será melhor que o passado. E o sonho do Vicentinho não é dele, é de todos os brasileiros: de um Brasil melhor, de um Brasil franco, de um Brasil do diálogo, de um Brasil democrático. E que tudo isso não sirva somente para impedir avanços sociais, pelo contrário, seja o caminho para mais avanços sociais.

E viva São Bernardo!